

PLANEAMENTO FISCAL INTERNACIONAL

Mestrado em Fiscalidade

Código: 9291127

Área Científica Predominante: Fiscalidade

Docente: Ana Cristina Fontes Pinto dos Reis

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 30h Carga Trabalho: 110h

ECTS: 5,5

Objetivos

O objetivo é que os alunos compreendam a dinâmica da fiscalidade internacional, os vários regimes fiscais existentes para holdings, tradings, IP, as normas anti abuso, acordões mais relevantes, diretivas comunitárias (ver programa da disciplina)

Resultados da Aprendizagem

Conhecimento dos princípios de tributação internacional, diferenças de regimes fiscais no mundo e características principais de cada geografia; harmonização fiscal; normas antiabuso

Conteúdos Programáticos

A - Parte Geral Neutralidade e Fricção Fiscal Gestão fiscal Cadbury (wholly artificial arrangement) Nova moralidade fiscal Clausulas anti-abuso União Europeia – Anti Tax Avoidance Directive Esquemas de planeamento fiscal agressivo BEPS MLI B – O impacto da fiscalidade nos negócios internacionais I. Conceitos gerais da tributação internacional a. Elementos de conexão b. Residência Fiscal c. Tributação de não residentes d. Estabelecimento estável Casos práticos II. Dupla tributação a. Conceitos b. Dupla tributação económica versus dupla tributação jurídica c. Métodos de eliminação d. Crédito de imposto versus isenção e. Acordos para evitar a Dupla Tributação (ADT's) f. Diretivas da EU i. Dividendos (Mães Filhas) ii. Juros Royalties g. Obrigações acessórias h. BEPS i. MLI Casos práticos III. Gestão fiscal internacional a. Drivers e ferramentas b. Elisão fiscal versus fraude fiscal c. Estruturar a detenção/aquisição de investimento d. Estruturas do modelo de negócio e. Estruturas holding f. Estruturas de financiamento g. Estruturas de propriedade intelectual h. Substância i. Business Purpose Casos práticos IV. Harmonização fiscal comunitária a. A evolução da União Europeia b. O Direito Comunitário c. O processo de harmonização fiscal d. O Direito Comunitário relevante e. A aplicação do Direito Comunitário – fiscalização f. Jurisprudência Comunitária relevante i. Acórdão Hughes de Lasteyrie du Saillant - "Exit tax" ii. Acórdão Marks Spencer - Prejuízos fiscais intercomunitários iii. Acórdão Cadbury Schweppes – "CFC Rules" iv. Acórdão Foggia v. Acórdão Baeck - Mais valias vi. Acórdão Papillon - Grupo fiscal vii. Casos dinamarqueses sobre beneficiário efetivo (26.02.2019, C-116/16 e C-117/16) V. Normas anti abuso a. Concorrência fiscal internacional: conceito, perspetivas e soluções b. Evolução do combate à concorrência fiscal prejudicial entre Estados e a elisão fiscal c. Zonas de baixa tributação versus Paraísos Fiscais (lista negra) versus Offshores (OCDE) d. Regimes de Tributação Privilegiada e. Acordos sobre troca de informações f. Gestão e organização fiscal, evasão fiscal, fraude fiscal g. Clausula geral anti abuso h. Acórdão TCAS, de 15.02.2011 (Proc. n.º 04255/10) - Acórdão Jerónimo Martins i. Clausulas específicas anti abuso j. Diretiva Anti – elisão (ATAD) k. Decreto-Lei 29/2009 de 25 de fevereiro e os 13 esquemas de planeamento fiscal I. DAC 6

Bibliografia Recomendada

Essencial

Xavier, Alberto, Direito Tributário Internacional, Almedina, 2018

Vasques, Sérgio, Manual de Direito Fiscal, Almedina, 2018

Dourado, Ana Paula, Governação Fiscal Global, Almedina, 2018

Pires, Rita Calçada, Manual de Direito Fiscal Internacional, Almedina, 2018

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Trabalho pratico

Métodos de Avaliação

Participação nas aulas + exame/caso pratico